Bolsas
Na sexta-feira
0,15% São Paulo
0,14% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
130.416 — 128.025
6/2 7/2 8/2 9/2

Dólar
Na sexta-feira
R$4,961
(- 0,67%)

Últimos	
5/fevereiro	4,981
6/fevereiro	4,962
7/fevereiro	4,968
8/fevereiro	4,994

Salário mínimo
R$ 1.412

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 5,349

CDI
Ao ano
11,15%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
11,11%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Setembro/2023	0,26
Outubro/2023	0,24
Novembro/2023	0,28
Dezembro/2023	0,56
Janeiro/2024	0,42

SETOR ELÉTRICO

Mercado livre para pequenas empresas

Desde janeiro, quando a abertura para quem consome acima de 2,3 kV de energia teve início, mais de 3 mil consumidores migraram para o novo formato. Segundo a associação do setor, cerca de 165 mil ainda podem deixar o mercado regulado

» RAFAELA GONÇALVES

O mercado livre de energia passou a ser acessível a todos os clientes conectados em alta tensão em 2024. A nova regra, que entrou em vigor em janeiro, permitirá a todos os consumidores conectados em tensão acima de 2,3 quilovolts (kV), conhecidos como grupo A, escolher o seu fornecedor de eletricidade, com a possibilidade de baratear o valor da tarifa em até 40%.

Segundo o levantamento feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mais de 3 mil empresas migraram no primeiro mês da abertura. Há mais de 10 mil consumidores na fila de espera para migrar.

Na prática, a mudança significa que empresas com contas de luz superiores a R$ 10 mil poderão trocar seu fornecedor de energia. Até então a opção era disponível apenas para empresas com custos mensais com eletricidade superiores a R$ 50 mil, com demanda superior a 500 quilowatts (kW).

A abertura do mercado abrange, agora, pequenas e médias empresas (PMEs). Proprietários de restaurantes e padarias, por exemplo, poderão contratar energia de comercializadoras mais em conta. De acordo com a projeção da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), em torno de 165 mil unidades consumidoras em todo o Brasil poderão fazer a migração do modelo convencional - Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o mercado livre.

O custo de energia é um peso para empresas brasileiras, que contam com uma das contas de luz mais caras do mundo. "Evidentemente o fio, as linhas de transmissão e as linhas de distribuição são monopolistas. A empresa tem que pagar aquela emissora, a distribuidora e pagar o fio. Mas é possível negociar a energia. Ela pode comprar de usina A, B ou C e é esse passo que estamos dando no sentido da competição de empresas geradoras", disse o professor de engenharia elétrica e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB), Ivan Camargo.

Segundo o presidente-executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, além de não contar com encargos e subsídios que pesam na tarifa de energia da contratação regulada, a ampla concorrência entre os fornecedores faz com que essa energia seja vendida de forma mais competitiva. "A economia é imediata e não demanda investimento inicial. É um mundo de possibilidades e escolhas, em que o consumidor pode optar por comprar energia de forma muito fácil e cada vez mais digital, com possibilidade de negociar preços e ter mais controle dos seus custos de energia, e com baixo risco", afirmou.

Ao ter a possibilidade de escolher o fornecedor no mercado livre, o consumidor poderá arbitrar entre o que for mais barato: manter a compra da energia subsidiada ou migrar para um contrato com preço ainda menor no mercado livre. As pessoas poderão escolher uma empresa fornecedora, a exemplo do que fazem hoje com telefonia. Elas também poderão escolher o tipo de energia que vão consumir, entre as mais ou menos sustentáveis, como já ocorre agora com grandes e médias empresas.

Ferreira destacou ainda que a abertura do mercado deve proporcionar a expansão da geração de energia elétrica em base ambientalmente renovável, reforçando as credenciais verdes desses pequenos e médios negócios.

"Na transição energética da área de energia elétrica, o Brasil está muito bem posicionado no desafio de descarbonizar a geração elétrica, já que mais de 90% da energia elétrica produzida é proveniente de fontes renováveis. Mas estamos muito atrasados nos desafios de descentralizar a contratação de energia elétrica e de digitalizar a medição do consumo, elementos fundamentais para que a transição energética alcance o consumidor de energia", explicou.

A abertura do mercado livre de energia é realizada em etapas, até chegar a todos os consumidores residenciais. O plano elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) prevê que as demais empresas menores sejam incluídas em 2026. Para todos os consumidores residenciais a abertura ocorrerá em 2028.

Controvérsias

Criada por portaria publicada em setembro de 2022, no governo Bolsonaro, a abertura do mercado para consumidores de alta tensão comprar energia de qualquer fornecedor tem sido criticada pelo atual governo.

Desde que tomou posse, no ano passado, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, tem afirmado que a abertura foi feita de modo injusto, prejudicando os consumidores que pagam suas contas pelo mercado regulado. Para o ministro, os recentes aumentos de tarifa são consequência da abertura.

"Construíram nos últimos anos uma grande contradição, no governo anterior: os estados que mais geram energia no Brasil têm, infelizmente, as tarifas mais caras. Por que fizeram isso? Porque abriram o mercado de forma injusta", disse Silveira, em dezembro, durante evento no Amapá, onde criticou a elevação da tarifa no estado.

No mesmo evento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva questionou: "É justo o rico pagar menos do que o pobre? É justo você pagar metade do que você ganha de energia elétrica em um país que produz muita energia"?

Na ocasião, Lula chegou a dizer que o governo teria que "se debruçar" para "resolver esse negócio da energia, porque o povo pobre e trabalhador não pode continuar pagando a conta dos mais ricos neste país".

Segundo o ministro Silveira, dos 90 milhões de unidades consumidoras existentes no Brasil, três milhões estão no mercado livre, pagando a energia em torno de R$ 250 por MW. Os outros 87 milhões pagam, em média, R$ 650 por MW.

O governo vem prometendo um pacote para corrigir a distorção e fazer uma reforma no setor elétrico. No entender do ministro, a abertura foi feita de maneira "açodada" e regras precisam ser alteradas. A reforma, que pode vir em forma de projeto de lei ou de medida provisória, também deve rever os subsídios, que pesam na conta do consumidor. Em 2023, eles somaram R$ 37,4 bilhões.

Alternativa mais em conta

Entenda como funciona o mercado livre de energia

No Brasil, há duas maneiras de o consumidor comprar energia:

- **Ambiente de Contratação Regulada (ACR):** também chamado de mercado regulado ou mercado cativo, é a maneira tradicional onde os consumidores compram energia exclusivamente da distribuidora local. Válido para residências e empresas, o preço é regulado e o consumidor paga pelo consumo, pelas taxas e o valor de diferentes bandeiras tarifárias.
- **Ambiente de Contratação Livre (ACL):** conhecido como mercado livre de energia, o consumidor pode negociar com o fornecedor e escolher de quem comprar eletricidade. O consumidor pode negociar condições diretamente com a comercializadora. É diferente do ambiente de contratação regulada, em que a venda de energia é efetuada somente por meio das distribuidoras locais.

Nele, os participantes podem negociar livremente todas as condições de contratação, como:

- Fornecedor;
- Preço;
- Quantidade de energia contratada;
- Período de fornecimento;
- Condições de pagamento.

Quem pode entrar no mercado livre de energia?

- Clientes com unidades consumidoras com tensão maior ou igual a 2,3 kilovolts (kV), conhecidos como grupo A.
- Na prática, significa que empresas com contas de luz superiores a R$ 10 mil poderão trocar seu fornecedor de energia. A mudança significa uma grande oportunidade de redução de custos para pequenas e médias empresas (PMEs), que se enquadram nessa faixa de consumo.
- Por enquanto, não vale para as residências. A abertura do mercado tem acontecido de forma gradual e a expectativa é de que chegue para o consumidor residencial em 2028.

Conta de luz mais barata

- A tarifa do mercado regulado é recheada de tributos e subsídios, que acabam encarecendo o valor pago pelos consumidores. Migrar do modelo tradicional para essa nova opção pode baratear as contas de energia em torno de 20%.
- Os valores pagos pelos consumidores no mercado livre são baseados no preço de liquidação de diferenças (PLD), calculado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) por meio da diferença entre a energia gerada e consumida no sistema.
- O PLD tem se mantido em patamares muito baixos. Por isso, o fechamento de novos contratos no mercado livre tem valido a pena em relação ao ambiente regulado.

Como migrar para o mercado livre?

- O consumidor que deseja sair do ambiente regulado para o mercado livre precisa buscar empresas especializadas para avaliar a viabilidade técnica e econômica da migração. Ele pode buscar uma comercializadora ou geradora vinculada à CCEE e fechar um contrato de fornecimento.
- É necessário ainda entregar uma "carta denúncia", uma notificação à distribuidora que o atende pelo menos seis meses antes de se desligar do mercado regulado e adequar o sistema de medição de consumo.

Fonte: Abraceel

» Entrevista | **RITA KNOP** | DIRETORA DA NEOENERGIA

Consumidor tem liberdade de escolha

Cerca de 600 empresas brasilienses estão aptas a migrar para o mercado livre de energia e têm a chance de economizar na tarifa. Em entrevista ao **Correio**, *a engenheira eletricista Rita Knop, diretora comercial da Neoenergia, distribuidora de energia de Brasília, explicou as principais vantagens e como os empresários podem solicitar a mudança.*

"A primeira vantagem é a possibilidade de negociação, que trará mais benefícios para o consumidor", destacou.

Leia trechos da entrevista:

Divulgação

O que é o mercado livre de energia?

A liberalização do mercado de energia começou em 1995, mais contundentemente em 1998 e se fizermos um paralelo, é como o setor de telecomunicações, que também foi privatizado, onde as pessoas físicas passaram a ter liberdade de escolher sua empresa de telefonia. No setor de energia essa liberalização está acontecendo por fases, que começou em empresas grandes e agora chegou às pequenas e médias empresas. Este ano a grande novidade é essa popularização, chegando a médias empresas.

Qual a estimativa de alcance com a liberação para PMEs?

Ao todo, são cerca de 164 mil unidades consumidoras. Temos um grande potencial em Brasília, em quantidade de empresas, estamos falando de mais ou menos 600 empresas que agora podem migrar para o mercado livre de energia. O número tem a ver com a quantidade de CNPJs que Brasília tem. Cerca de 13 mil empresas já migraram neste ano e a expectativa é de que, até o fim de 2024, 20 mil peçam para fazer a migração para o livre mercado.

O que o consumidor ganha migrando para o Mercado Livre?

A primeira vantagem é a possibilidade de negociação, que trará mais benefícios para o consumidor, podendo ele escolher não só a empresa de onde vai comprar, mas também a fonte de energia. Escolhendo uma fonte de energia limpa e renovável ele se beneficia de um desconto que pode chegar a 35%. É possível também negociar o tempo de contrato com o comercializador, podendo migrar, caso encontre outro preço mais baixo. Escolhendo a energia limpa, essas pequenas e médias empresas podem ter acesso a certificados internacionais, dentro do compromisso global na transição energética. Hoje, muitos consumidores já buscam esse certificado.

Como está o mercado aqui no Distrito Federal?

Na Neoenergia temos a cadeia produtiva completa, que vai desde parques eólicos, solares e hidrelétricas, até as linhas de transmissão e a distribuição e comercialização para os consumidores do livre mercado. Dois exemplos que temos aqui na região são a Arena BRB Mané Garrincha e o grupo Brasil 21, que já migraram para o mercado livre. Eles são atendidos pelo grupo Neoenergia ainda, mas já contam com o desconto de 35%. É um mercado novo, que não é conhecido por muitas empresas, então acontece, às vezes, uma certa desconfiança. Aqui em Brasília temos essa vantagem de ser o grupo Neoenergia que faz essa distribuição e também comercializa no livre mercado, então não há nenhuma diferença na experiência.

O que a empresa que quer migrar para o mercado livre precisa fazer?

Basta avisar à distribuidora que quer fazer essa migração. Como oferecemos ambas as modalidades, a Neoenergia mesmo faz todo esse suporte de documentação e contratos de maneira muito simples. O consumidor vai falar para a gente que quer migrar para o mercado livre. Como atuamos como distribuidora e comercializadora, o processo de transição é muito simples e não é preciso se preocupar com nenhum aspecto técnico. A solicitação para a migração pode ser feita on-line mesmo. **(RG)**